



ABRIL/2020

RELATÓRIO ESPECIAL VIDROFORTE

COVID-19

Seguindo a Recomendação 63 do CNJ e as regras de prevenção da Pandemia estamos promovendo a fiscalização das atividades da (s) empresa(s) de forma virtual ou remota.

Além da costumeira publicação dos Relatórios Mensais de Atividades (RMAs), apresentamos este Relatório Especial Covid (REC) com intuito de demonstrar, objetivamente, os impactos da pandemia nas empresas em recuperação judicial.

www.administradorjudicial.adv.br



RELATÓRIO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO COVID – 19

EXCELENTÍSSIMA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO INTEGRANTE DO PRIMEIRO JUIZADO DA
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS DO SUL/RS.

PROCESSO Nº 010/1.18.0001700-6 (CNJ Nº 0003034-64.2018.8.21.0010)

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE VIDROFORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS S.A., VIDROFORTE TRANSPORTES LTDA., FORTE PARA-BRISAS DISTRIBUIDORA DE VIDROS LTDA., FORTE PARA-BRISAS SP DISTRIBUIDORA DE VIDROS LTDA., ITAPEVA COMÉRCIO DE VIDROS LTDA., TEMPLEX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE VIDROS LTDA., TEMPLEX GO COMÉRCIO DE VIDROS LTDA., TEMPLEX PR COMÉRCIO DE VIDROS LTDA.

A ADMINISTRADORA JUDICIAL DE VIDROFORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS S.A., VIDROFORTE TRANSPORTES LTDA., FORTE PARA-BRISAS DISTRIBUIDORA DE VIDROS LTDA., FORTE PARA-BRISAS SP DISTRIBUIDORA DE VIDROS LTDA., ITAPEVA COMÉRCIO DE VIDROS LTDA., TEMPLEX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE VIDROS LTDA., TEMPLEX GO COMÉRCIO DE VIDROS LTDA., TEMPLEX PR COMÉRCIO DE VIDROS LTDA., vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, no cumprimento do seu ofício, apresentar **‘RELATÓRIO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO COVID – 19’**, conforme segue:

Considerando a Recomendação nº 63 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 31.03.2020, que orientou à adoção de posturas para mitigação dos impactos decorrentes das medidas de combate à contaminação *Coronavirus disease* (COVID-19), este relatório especial tem por objetivo reunir, de forma sintética e objetiva, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial, que tenham sofrido alterações em decorrência do estado de calamidade pública declarado por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Importante referir que os Relatórios Mensais de Atividades continuarão a ser apresentados normalmente no incidente próprio e publicados no site www.administradorjudicial.adv.br.

Em havendo necessidade de informações adicionais ou complementares, poderão ser obtidas através dos nossos canais digitais e WhatsApp, bem como pelo e-mail: contato@administradorjudicial.adv.br.

RELATÓRIO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO COVID – 19

1. REFLEXOS NA COMPANHIA

Em decorrência do agravamento do cenário de pandemia, a Vidroforte iniciou o trabalho no formato home office em 23/03/2020 e concedeu férias aos funcionários de 26/03/2020 a 05/04/2020, com plantões somente em casos de extrema necessidade. Além disso, foram tomadas medidas de prevenção para continuidade parcial das atividades a partir de 06/04.

Ações Informativas e de conscientização

- A recuperanda emitiu um comunicado interno orientando os colaboradores a evitar aglomerações e acompanhar as dicas e atualizações através das mídias sociais da empresa.

Medidas Sanitárias e Preventivas Aplicadas

- Disponibilização de álcool gel aos colaboradores;
- Reforço na higienização dos locais, mesas e maçanetas;
- Afastamento dos funcionários do grupo de risco;
- Redução do número de colaboradores na fábrica;
- Trabalho em home office para setores administrativos.

Transporte, Refeitório e outras áreas comuns

- Redução do número de funcionários no refeitório e mudança na disposição das cadeiras, para reduzir o contato;
- Higienização dos veículos de transportes de funcionários antes e depois da coleta;
- Transporte de colaboradores espaçados, com janelas abertas para ventilação.

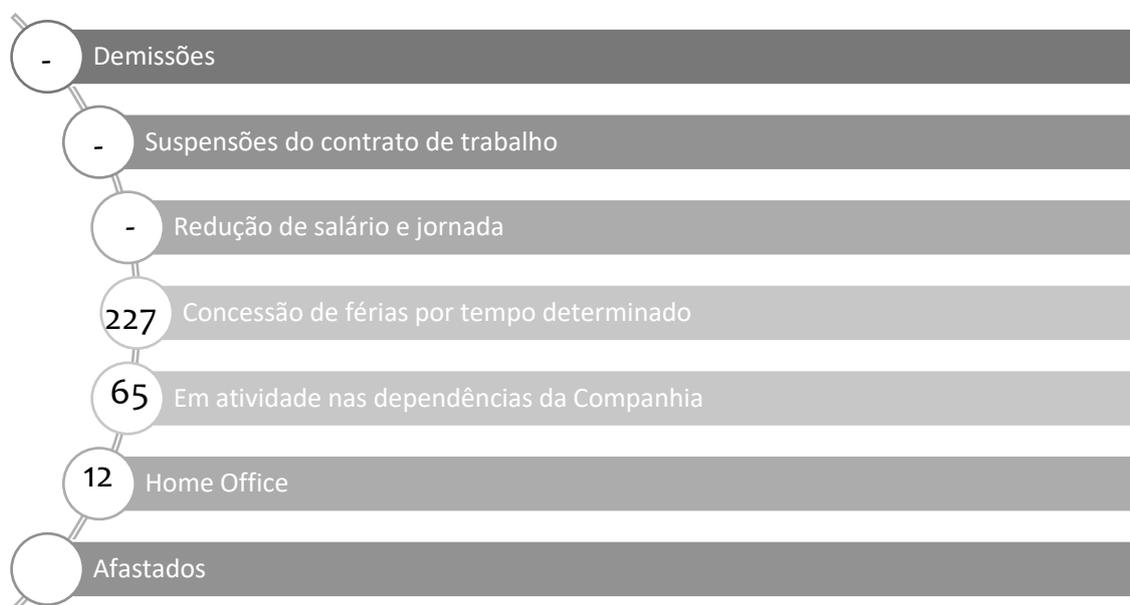
1.1 Quadro de colaboradores

Como citado, inicialmente houve a concessão de férias de 10 dias para 227 colaboradores e alguns critérios adotados:

- ❖ Os funcionários do grupo de alto risco (maiores que 60 anos e com doenças crônicas) deverão continuar afastados após o período de férias por suspensão;

- ❖ Após o período de férias a empresa está operando com um número reduzido de pessoas (25%), de acordo com o que dispõe o decreto municipal.
- ❖ 12 pessoas do setor administrativo estão trabalhando na modalidade home office.

A empresa realizou o pagamento integral das verbas trabalhistas referente às férias e está operando com o regime de banco de horas, para compensação futura. Em relação às demissões, a recuperanda prevê o desligamento de funcionários que estão no período de experiência, sem reposição. Além disso, foram canceladas cerca de 11 contratações no setor de produção e 02 no setor comercial no mês de março/2020. As decisões tomadas no período foram informadas ao sindicato que se posicionou de acordo.



1.2 Reflexos econômico-financeiros

Devido à concessão de férias e consequente retração do mercado frente à pandemia, o faturamento da Vidroforte reduziu 10% no período de 23/03/2020 a 06/04/2020. Embora a recuperanda esteja renegociando prazos com fornecedores e pagando os títulos regularmente, a inadimplência de clientes subiu de 5% para 25%, o que prejudicou o caixa da Companhia. Portanto, a empresa está reformulando suas estratégias para manter o fluxo de caixa durante o momento de crise, da qual estima a duração de quatro meses, já prevendo a recessão financeira ao final deste período.

1.3 Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

RELATÓRIO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO COVID – 19

A Vidroforte ainda não está em fase de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, no entanto, considera a possibilidade de requerer ao juízo adaptações ao Plano para evitar prejuízo à continuidade da empresa.

1.4 Anexos:

- I - Comunicado interno da empresa
- II - Decreto Municipal nº 20.834/2020
- III – Decreto Municipal nº 20.855/2020



COMUNICADO

Consciente da situação a ser enfrentada por todo o país, respeitando as decisões da OMS (Organização Mundial da Saúde) a Vidroforte iniciará o trabalho de forma home office à partir do dia 23/03/2020 e, posterior concederá férias à começar no dia 26/03/2020 até 05/04/2020, retornando normalmente suas atividades no dia 06/04/2020. Durante o período de férias só haverá plantões de extrema necessidade.

Esta medida visa minimizar a disseminação e contaminação do corona vírus (covid-19). Salientamos nossa preocupação com a saúde dos nossos colaboradores, seus familiares e a sociedade em geral, sendo assim, pedimos que atendam as solicitações dos órgãos públicos evitando aglomeração de pessoas.

Aos nossos colaboradores pedimos atenção às nossas mídias sociais e também ao site da empresa, pois qualquer alteração nesta programação será informada através deles.

Diretoria

Vidroforte Ind. e Com. de Vidros.



Diário Oficial Eletrônico

Edição Extra

Número 1558 Órgão Oficial do Município de Caxias do Sul 20/03/2020

Poder Executivo

DECRETO Nº 20.834, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Decreta situação de emergência e estabelece medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Caxias do Sul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94 da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 1º Ficam suspensas as atividades em indústrias, construção civil, estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, de serviços, shoppings centers, centros comerciais, galerias, agências bancárias, cooperativas de crédito, lotéricas e correspondentes bancários, serviços notariais e registrais em funcionamento no Município de Caxias do Sul, bem como proibidas novas hospedagens em hotéis, motéis e pousadas, podendo os clientes que já estão hospedados, permanecerem até a data de seus checkout.

§ 1º Os estabelecimentos deverão manter fechados os acessos do público ao seu interior.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às atividades internas dos estabelecimentos comerciais e industriais para a manutenção e segurança, bem como à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares e os serviços de entrega de mercadorias (delivery).

§ 3º As atividades nas indústrias alimentícias, de produtos perecíveis, de alimentação animal, de higiene, limpeza, assepsia, e as que atendam os serviços de saúde, serão permitidas, evitando o desabastecimento e devendo adotar o escalonamento da mão-de-obra necessária, a fim de evitar aglomerações.

§ 4º Os terminais de auto atendimento das agências bancárias, poderão operar desde que não haja aglomeração de pessoas no local, bem como seja realizada a higienização periódica nos equipamentos.

§ 5º As agências bancárias poderão manter atendimento interno mediante teleatendimento.

Art. 2º A suspensão a que se refere o art. 1º deste decreto não se aplica aos seguintes estabelecimentos:

I - farmácias;

II - hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, peixarias, fruteiras e centros de abastecimento de alimentos, que poderão prestar atendimento no horário compreendido entre as 8 h e as 20 h, sendo que o funcionamento deve ser realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de clientes concomitantemente, como forma de controle da aglomeração de pessoas;

III - clínicas veterinárias em regime de plantão e para venda de rações e medicamentos;

IV - lavanderias;

V - distribuidores de gás;

VI - lojas de venda de água mineral;

VII - padarias, ficando proibido o consumo de alimentos no local;

VIII - restaurantes e lanchonetes, sendo que poderão realizar atividade única e exclusivamente no sistema de delivery;

IX - postos de combustíveis, poderão funcionar no período compreendido entre as 8h e as 18 h, de segunda-feira a sábado, restando vedada a manutenção de mesas para consumo nas dependências das lojas de conveniência;

X - distribuidoras de energia elétrica, água, saneamento básico, serviço de limpeza urbana e coleta de lixo;

XI - serviços de telecomunicações e de processamento de dados;

XII - clínicas de atendimento de serviços de saúde, serviços laboratoriais, clínicas de vacinas e estabelecimentos hospitalares, comércio de produtos, equipamentos e utensílios para a saúde, higiene e assepsia, e

XIII - outros estabelecimentos correlatos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos neste artigo deverão adotar as seguintes medidas:

I - intensificar as ações de limpeza;

II - disponibilizar álcool em gel aos seus clientes;

III - divulgar informações acerca da COVID-19 e das medidas de prevenção, e

IV - manter apenas a equipe necessária para a execução dos serviços essenciais.

Art. 3º Ficam cancelados todos e quaisquer eventos realizados em locais abertos ou fechados, independentemente da sua característica, condição ambiental, tipo do público, duração, tipo e modalidade do evento.

Art. 4º Fica vedada a expedição de novas autorizações para eventos temporários.

Art. 5º Fica limitado o acesso de pessoas a velórios e afins a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou PPCI.

Art. 6º Fica proibida a utilização dos parques, praças e academias ao ar livre.

CAPÍTULO II DO TRANSPORTE MUNICIPAL

Art. 7º O transporte coletivo urbano e o transporte intramunicipal operarão somente em linhas especiais, a serem definidas pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana (SMTTM), e deverão observar:

I - higienizar superfícies de contato (direção, bancos, maçanetas, painel de controle, portas, catraca, corrimão, barras de apoio, etc.) com álcool líquido/gel 70% (setenta por cento) a cada viagem no transporte individual e diariamente no coletivo,

II - manter à disposição, se possível, na entrada e saída do veículo, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários,

III - para manter o ambiente arejado, o transporte deverá circular com janelas abertas, no caso da impossibilidade de abrir janelas, deve-se manter o sistema de ar condicionado devidamente higienizado operando, e

IV - a metade da capacidade de passageiros sentados.

Parágrafo único. Ficam suspensas todas as gratuidades nos transportes previstos no caput, bem como o passe livre realizado no último domingo do mês.

Art. 8º Fica suspensa a operação do transporte seletivo por lotação e do transporte por fretamento.

Parágrafo único. Fica autorizado o fretamento para atender as necessidades das empresas que não tiveram as atividades suspensas por este Decreto, respeitando o disposto no art. 7º.

Art. 9º Os veículos do transporte individual público ou privado de passageiros, executado no Município de Caxias do Sul, deverão observar:

I - a higienização das mãos ao fim de cada viagem realizada, mediante a lavagem ou a utilização de produtos assépticos - álcool em gel 70% (setenta por cento);

II - a higienização dos equipamentos de pagamento eletrônico (máquinas de cartão de crédito e débito), após cada utilização;

III - a realização de limpeza rápida dos pontos de contato com as mãos dos usuários, como painel, maçanetas, bancos, pega-mão, puxadores, cinto de segurança e fivelas;

IV - a circulação dos veículos apenas com as janelas abertas, e

V - a disponibilização de produtos assépticos aos usuários - álcool em gel 70% (setenta por cento),

Art. 10. Fica recomendado aos usuários do transporte, antes e durante a utilização dos veículos, a adoção das medidas de higienização e de etiqueta respiratória recomendadas pelos órgãos de saúde, em especial:

I - higienizar as mãos antes e após a realização de viagem nos veículos de transporte remunerado de passageiros;

II - evitar o contato desnecessário com as diversas partes do veículo,

III - proteger boca e nariz ao tossir e espirrar, utilizando lenço ou a dobra do cotovelo, em respeito à tripulação e aos demais usuários e de modo a evitar a disseminação de enfermidades, e

IV - utilizar preferencialmente o cartão de crédito e débito (táxi e transporte por aplicativos) como meio de pagamento, evitando a utilização de dinheiro em espécie.

Parágrafo único. A fiscalização será realizada, de forma compartilhada, pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana de Caxias do Sul (SMTTM), conjuntamente com a Guarda Municipal.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal do Urbanismo, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção Social e Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego.

Art. 12. Aplicam-se, cumulativamente, as penalidades de multa, interdição total ou parcial da atividade e cassação de alvará de localização e funcionamento previstas na Lei Complementar nº 377, de 22 de dezembro de 2010 (Código de Posturas do Município) e legislações correlatas.

Art. 13. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 14. Ficam revogados os Decretos nºs 20.827 e 20.831, de 18 de março de 2020.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor às 00h01 de 21 de março de 2020.

Caxias do Sul, em 20 de março de 2020; 145ª da Colonização e 130ª da Emancipação Política.

Flávio Guido Cassina,
PREFEITO MUNICIPAL.

Grégora Fortuna dos Passos,
RESPONDENDO PELA SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

Publicado em cumprimento ao que dispõe o art. 12 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Lei Municipal nº 8.038, de 11 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 18.165, de 2 de maio de 2016. Rua Alfredo Chaves, nº 1333, Caxias do Sul/RS. Telefone/fax: (54) 3218.6043. Editado pela Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

Responsáveis:

PODER EXECUTIVO: Prefeito Flávio Guido Cassina PODER LEGISLATIVO: Presidente Ricardo Daneluz Neto. Publicação: Secretaria de Governo do Município de Caxias do Sul.

Índice

Poder Executivo	1
------------------------------	---



Diário Oficial Eletrônico

Edição Extra

Número 1584 Órgão Oficial do Município de Caxias do Sul 02/04/2020

Poder Executivo

DECRETO Nº 20.855, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Reitera Decreto de situação de emergência e estabelece medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Caxias do Sul, e dá outras providências.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, usando das atribuições que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e,
- CONSIDERANDO os avanços da pandemia do COVID-19 (Coronavírus) e os recentes protocolos emitidos pela Organização Mundial de Saúde, pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo Comitê Gestor da Secretaria Municipal da Saúde;
- CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde;
- CONSIDERANDO a necessidade da adoção de medidas imediatas visando a contenção da propagação do vírus em resposta à emergência de saúde pública prevista no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 55.154, de 1 de abril de 2020, que reitera o estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.
- CONSIDERANDO a responsabilidade da Prefeitura Municipal em resguardar a saúde de toda a população que acessa os inúmeros serviços e eventos disponibilizados no Município;
- CONSIDERANDO o compromisso da Prefeitura em evitar e não contribuir com qualquer forma para propagação da infecção e transmissão local da doença;
- CONSIDERANDO as dinâmicas do avanço da epidemia no país e no mundo, bem como a situação singular do Estado, cujo período de inverno acentua a probabilidade de contágio, e as mudanças no quadro nos últimos dias após o reconhecimento da pandemia pela Organização Mundial de Saúde:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 1º Ficam suspensas as atividades em indústrias, construção civil, estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, de serviços, shoppings centers, centros comerciais, galerias, agências bancárias, cooperativas de crédito, sendo que a abertura gradual de algumas atividades será realizada na forma disposta do Capítulo III do presente Decreto.

§ 1º Os estabelecimentos deverão manter fechados os acessos do público ao seu interior.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às atividades internas dos estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais para a manutenção e segurança, bem como à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares e os serviços de entrega de mercadorias, devendo adotar o escalonamento da mão-de-obra necessária, a

fim de evitar aglomerações.

§ 3º As atividades nas indústrias alimentícias, de produtos perecíveis, de alimentação animal, de higiene, limpeza, assepsia, segurança e as que atendam os serviços de saúde, serão permitidas, evitando o desabastecimento e devendo adotar o escalonamento da mão-de-obra necessária, a fim de evitar aglomerações.

§ 4º Os terminais de auto atendimento das agências bancárias, poderão operar desde que não haja aglomeração de pessoas no local, bem como seja realizada a higienização periódica nos equipamentos.

§ 5º As agências bancárias poderão manter atendimento interno mediante teleatendimento.

Art. 2º A suspensão a que se refere o art. 1º deste decreto não se aplica aos seguintes estabelecimentos:

I - farmácias, inclusive as localizadas em shoppings centers;

II - hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, peixarias, fruteiras, padarias e centros de abastecimento de alimentos, inclusive os localizados em shoppings centers, que poderão prestar atendimento no horário compreendido entre as 8 h e as 20 h, sendo que o funcionamento deve ser realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de clientes concomitantemente, como forma de controle da aglomeração de pessoas;

III - clínicas veterinárias em regime de plantão, prestação do serviço de banho e tosa com agendamento de horário por telefone, comércio de rações e medicamentos, agropecuárias e insumos agrícolas;

IV - lavanderias;

V - distribuidores de gás;

VI - lojas de venda de água mineral;

VII - restaurantes e lanchonetes, sendo que poderão realizar atividade exclusivamente no sistema de tele entrega e pegue e leve; restaurantes e lanchonetes localizadas em shoppings centers apenas no sistema de tele entrega;

VIII - postos de combustíveis, poderão funcionar no período compreendido entre as 7 h e as 19 h, exceto domingos e feriados, restando vedada a manutenção de mesas para consumo nas dependências das lojas de conveniência, exceto os postos de combustíveis e as lojas de conveniências localizadas em estradas e rodovias estaduais e federais que poderão manter seu funcionamento regular;

IX - distribuidoras de energia elétrica, água, saneamento básico, serviço de limpeza urbana e coleta de lixo;

X - serviços de telecomunicações, de processamento de dados, TI e data centers;

XI - clínicas de atendimento de serviços de saúde, serviços laboratoriais, clínicas de vacinas e estabelecimentos hospitalares, comércio de produtos ópticos, de equipamentos e utensílios para a saúde, para a higiene e para a assepsia;

XII - transporte de cargas;

XIII - oficinas mecânicas, borracharias, chapeação, elétricas veiculares, comércio de peças, elevadores, refrigeração e lavagens de veículos;

XIV - lotéricas e correspondentes bancários, no horário compreendido entre as 9h e as 17h, sendo que o atendimento deve ser realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de clientes atendidos concomitantemente, como forma de controle da aglomeração de pessoas, devendo ser respeitada a distância mínima de 2 (dois) metros entre os consumidores em caso de filas;

XV - os Tabelionatos de Notas, Tabelionatos de Protestos de Títulos, Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Registros de Títulos e Documentos ficam regulados pelas determinações expedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;

XVI - outros estabelecimentos e/ou serviços que atendam aos serviços elencados neste artigo.

§ 1º Os estabelecimentos referidos neste artigo deverão adotar as seguintes medidas:

I - intensificar as ações de limpeza;

II - disponibilizar álcool em gel aos seus clientes;

III - divulgar informações acerca da COVID-19 e das medidas de prevenção, e

IV - manter apenas a equipe necessária para a execução dos serviços essenciais.

§ 2º Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, as de suporte e as de disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relacionada às atividades e aos serviços de que trata o artigo.

Art. 3º Ficam cancelados todos e quaisquer eventos realizados em locais abertos ou fechados, independentemente da sua característica, condição ambiental, tipo do público, duração, tipo e modalidade do evento.

Art. 4º Fica vedada a expedição de novas autorizações para eventos temporários.

Art. 5º Fica limitado o acesso de pessoas a velórios e afins a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou PPCI.

Art. 6º Fica proibida a utilização dos parques, praças e academias ao ar livre.

CAPÍTULO II DO TRANSPORTE MUNICIPAL

Art. 7º O sistema de mobilidade urbana operado pelo transporte coletivo urbano, o transporte intramunicipal, o transporte privado, o transporte seletivo por lotação, transporte individual público ou privado de passageiros, adotará medidas de higienização e ventilação nos veículos por intermédio da abertura de janelas, conforme segue:

I - realizar limpeza minuciosa diária dos veículos com utilização de produtos que impeçam a propagação do vírus como álcool líquido 70%, solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina e outros autorizados pela ANVISA;

II - higienizar superfícies de contato (direção, bancos, maçanetas, painel de controle, portas, catraca, corrimão, barras de apoio, etc.) com álcool líquido/gel 70% (setenta por cento) a cada viagem no transporte individual e diariamente no coletivo;

III - manter à disposição, se possível, na entrada e saída do veículo, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários; e,

IV - transporte público coletivo de passageiros, público e privado, urbano e rural, será realizado sem exceder a capacidade de passageiros sentados.

§ 1º Para manter o ambiente arejado, o transporte deverá circular com janelas e alçapões abertos.

§ 2º No caso da impossibilidade de abrir janelas, deve-se manter o sistema de ar condicionado devidamente higienizado operando.

Art. 8º O transporte coletivo urbano, o transporte intramunicipal e o transporte seletivo por lotação operarão em linhas especiais, a serem definidas pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade (SMTTM), a fim de atender o disposto neste Decreto.

Art. 9º Ficam suspensas todas as gratuidades do transporte coletivo urbano e do transporte intramunicipal, bem como o passe livre realizado no último domingo do mês.

Art. 10. Fica recomendado aos usuários de todos os modais de transporte remunerado de passageiros, antes e durante a utilização dos veículos, a adoção das medidas de higienização e de etiqueta respiratória recomendada pelos órgãos de saúde.

CAPÍTULO III CRONOGRAMA E REQUISITOS PARA A RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS

Art. 11. O presente capítulo tem por objetivo estabelecer cronograma e requisitos para a retomada gradual das atividades industriais e de serviços suspensos em razão da epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus).

Art. 12. Fica autorizada a retomada da atividade industrial, serviços e de construção civil, a partir do dia 06 de abril de 2020, na proporção de 25% do quadro funcional preexistente a este decreto.

Art. 13. Fica autorizada, a partir do dia 06 de abril de 2020, a retomada das atividades dos estabelecimentos comerciais que forneçam insumos às atividades essenciais ou à indústria, inclusive a da construção civil, vedado, em qualquer caso, o atendimento ao público que importe aglomeração ou grande fluxo de clientes.

Art.14. De forma temporária e excepcional e com o intuito de resguardar o interesse da coletividade, continuarão suspensas as seguintes atividades, não aplicando-se às mesmas as disposições do artigo 12.

I- casas noturnas, boates, pubs, casa de shows, bares noturnos, bailes públicos, bares, bares musicais, restaurante dançante,

restaurante musical, casas de eventos;

II - CTG's, salões comunitários, locais de jogos e entretenimento, parque de diversões, estabelecimento de festas e recreação infantil, sedes esportivas e atividades congêneres;

III - academias, centros de treinamento, quadras poliesportivas;

IV - teatros, museus, centros culturais, bibliotecas, cinemas;

V - centros comerciais, galerias, shoppings center, mantendo-se o funcionamento das farmácias, hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, peixarias, serviços óticos, fruteiras, padarias e centros de abastecimento de alimentos e outras atividades não suspensas, situadas no seu interior;

VI - quaisquer eventos realizados em locais abertos ou fechados, independentemente da sua característica, condição ambiental, tipo do público, duração, tipo e modalidade do evento;

VII - não serão expedidas novas autorizações para eventos temporários;

VIII - a utilização dos parques, praças e academias ao ar livre;

IX - salões de beleza, estéticas, barbearias, manicures; e,

X - outras atividades congêneres às relacionadas neste artigo.

Art. 15. O disposto no artigo 12 não se aplica aos hotéis, motéis e pousadas, que podem atingir sua lotação, desde que a ocupação ocorra por moradores da cidade que precisem se afastar da sua residência por residir com pessoa incluída no grupo de risco, residir com pessoa suspeita de contaminação, por profissionais da área da saúde ou prestadores de serviços de qualquer natureza.

Art. 16. O acesso de pessoas a velórios e afins fica limitado a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou PPCI.

Art. 17. São requisitos para a retomada gradativa da atividade industriais e de serviços:

I - disponibilização de álcool gel 70% e/ou sabão nas áreas de trabalho e garantia de limpeza das áreas e de utensílios;

II - o distanciamento interpessoal mínimo de dois metros, que pode ser reduzido para o mínimo de um metro no caso de utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs - adequados para evitar contaminação e transmissão do COVID-19;

III - aumento dos turnos de refeição para redução do número de colaboradores nos refeitórios e restaurantes, de forma a manter o afastamento seguro entre os trabalhadores; e,

VI - aplicação do regime de home office para os colaboradores que possam realizar suas atividades à distância; e,

Art. 18. A data e as condições para retomada de 100% da atividade industrial e de serviços serão informadas por meio de decreto, de acordo com a situação epidemiológica do Município de Caxias do Sul.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Para fins de prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), todos os estabelecimentos referidos neste decreto deverão adotar as medidas sanitárias previstas no Decreto Estadual n.º 55.154, de 1º de abril de 2020 ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 20. Os casos omissos serão dirimidos pelo Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal do Urbanismo, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção Social e Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego.

Art. 21. O descumprimento das medidas restritivas previstas neste Decreto é passível de advertência e multa, conforme previsto na Lei Complementar nº 377, de 22 de dezembro de 2010 (Código de Posturas do Município) e legislações correlatas.

Parágrafo único. Na reincidência, os estabelecimentos estarão sujeitos à interdição total ou parcial da atividade e cassação de alvará de localização e funcionamento previstas na Lei Complementar nº 377, de 22 de dezembro de 2010 (Código de Posturas do Município) e legislações correlatas.

Art. 22. Aplicam-se subsidiariamente ao que não previsto neste decreto as disposições do Decreto Estadual n.º 55.154, de 1º de abril de 2020 ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 23. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município e terão validade por 15 (quinze) dias.

Art. 24. Ficam revogados os Decretos nºs 20.827 e 20.831, de 18 de março de 2020, Decreto nº 20.834, de 20 de março de 2020, Decreto n.º 20.842, de 25 de março de 2020 e Decreto n.º 20.847, de 27 de março 2020.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caxias do Sul, 02 de abril de 2020; 145º da Colonização e 130º da Emancipação Política.

Flávio Guido Cassina,
PREFEITO MUNICIPAL.

Grégora Fortuna dos Passos,
RESPONDENDO PELA SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

Publicado em cumprimento ao que dispõe o art. 12 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Lei Municipal nº 8.038, de 11 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 18.165, de 2 de maio de 2016. Rua Alfredo Chaves, nº 1333, Caxias do Sul/RS. Telefone/fax: (54) 3218.6043. Editado pela Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

Responsáveis:

PODER EXECUTIVO: Prefeito Flávio Guido Cassina PODER LEGISLATIVO: Presidente Ricardo Daneluz Neto. Publicação: Secretaria de Governo do Município de Caxias do Sul.

Índice

Poder Executivo	1
------------------------------	---